

**HABEAS CORPUS Nº 492.814 - SP (2019/0039036-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LEONARDO NASCIMENTO DE PAULA - SP0320176  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO LOPES GONCALVES (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LEANDRO LOPES GONÇALVES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado a 6 anos e 4 meses de reclusão, no regime inicialmente fechado, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade pela prática dos delitos inscritos nos art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal e art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, na forma do art. 69 do Código Penal (e-STJ fl. 40).

Segundo a acusação, o paciente, "*agindo em concurso e previamente ajustado em unidade de propósitos com o adolescente [...], de 16 anos de idade, mediante grave ameaça exercida com a simulação do uso de arma de fogo contra a vítima [...], subtraiu para si" pertences da vítima*" (e-STJ fl. 25).

Interposta apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 52):

*ROUBO MAJORADO e CORRUPÇÃO DE MENORES Absolução Insuficiência de provas - - Descabimento Conjunto seguro em relação ao delito patrimonial - Inteligência da Súmula nº 500 do STJ no tocante ao crime previsto no ECA PENA e REGIME PRISIONAL Reconhecimento do concurso formal e abrandamento do regime Descabimento - Apelo desprovido.*

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa a ilegalidade da aplicação do concurso material no caso dos delitos de roubo majorado e corrupção de menores (e-STJ fl. 8).

Acrescenta ser ilegal a fixação do regime inicial fechado em razão das condições favoráveis, com a fixação da pena-base no mínimo legal (e-STJ fl. 9).

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde o julgamento do *writ* em regime menos gravoso e, no mérito, a diminuição da pena fixada em razão da aplicação do concurso formal de crimes e a fixação de regime inicial menos gravoso (e-STJ fls. 13/14).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento parcial da medida de urgência.

O compulsar dos autos revela que o Tribunal de origem manteve a sentença condenatória, que fixou a pena-base do paciente no mínimo legal.

Entretanto, fixou-se o regime fechado para o início do cumprimento da reprimenda, não obstante o *quantum* da condenação, a primariedade do réu e serem-lhe favoráveis todas as circunstâncias judiciais, nos seguintes termos (e-STJ fls. 56/57):

*Finalmente, no que diz respeito ao regime prisional estabelecido, nada há a ser alterado, pois na esteira de entendimento assente nesta Câmara, o regime conveniente aos praticantes do delito patrimonial violento é o mais gravoso.*

*Com efeito, não se pode desconhecer que a gravidade do crime de roubo, que vem colocando em pânico a sociedade, evidencia, sem qualquer sombra de dúvida, intensa periculosidade de seu agente, que não pode ser desconsiderada na fixação do regime inicial da pena corporal, que não guarda relação de dependência com sua quantidade.*

*A periculosidade de autores de crimes dolosos cometidos com violência ou grave ameaça é presumida pela lei, que exige sejam submetidos, para fins de livramento condicional, à “constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir” (Art. 83, parágrafo único, CP). Essa periculosidade recomenda a adoção do regime carcerário inicial fechado.*

*Privilegiar-se autor de crime contra o patrimônio praticado com grave ameaça à pessoa, concedendo-se-lhe regime carcerário que não o fechado, é desatender-se às finalidades da pena, que são o juízo de reprovação sobre a conduta e a prevenção do crime.*

O regime fechado, mais severo do que a pena comporta, em princípio, foi fixado sem fundamentação idônea, afrontando o disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição da República e no enunciado n. 440 da Súmula do STJ, que segue transcrito: "*Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito*".

Nesse mesmo sentido, seguem os enunciados n. 718 e 719 da Súmula do STF, respectivamente:

*A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.*

*A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.*

E, na espécie, considerando o *quantum* da condenação e a primariedade do paciente, deve ser-lhe conferido regime menos gravoso.

Tal o contexto, **defiro a liminar, apenas para assegurar ao paciente o direito de aguardar, no regime semiaberto, o julgamento do presente *habeas corpus***, salvo se por outro motivo estiver preso ou cumprindo pena em regime mais gravoso.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão. Ressalte-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

